



**PARECER PRÉVIO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11474/2018.**

**Apensos:** Processo nº 14552/2018, 14384/2017, 10568/2017, 12102/2018, 12103/2018, 13991/2017 e 13717/2018.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Airão

**4- Responsável:** Wilton Pereira dos Santos (Prefeito Municipal)  
Antonio Tiburtino da Silva (Prefeito Municipal)

**5- Exercício:** 2017

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1559/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2017, do Senhor **Wilton Pereira dos Santos**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

**10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício



**PARECER PRÉVIO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de 2017, do Senhor **Antonio Tiburtino da Silva**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11474/2018.**

**Apensos:** Processo nº 14552/2018, 14384/2017, 10568/2017, 12102/2018, 12103/2018, 13991/2017 e 13717/2018.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Airão

**4- Responsável:** Wilton Pereira dos Santos (Ordenador de Despesa), Antonio Tiburtino da Silva (Ordenador de Despesa)

**5- Exercício:** 2017

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1559/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Novo Airão, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Wilton Pereira dos Santos**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017, em razão das impropriedades em razão das impropriedades sobreditas e não sanadas nesta instrução, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.

**10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Novo Airão, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Antonio Tiburtino da Silva**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, em razão das impropriedades em razão das impropriedades sobreditas e não sanadas nesta instrução, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei



**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.

- 10.3. Aplicar Multa** ao Senhor **Wilton Pereira dos Santos**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017, no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, incisos II e III da Lei Orgânica do TCE/AM nº 2.423/1996 c/c o artigo 308, VI da Resolução TCE/AM nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias (artigo 174 do RITCE) para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.4. Aplicar Multa** ao Senhor Antonio Tiburtino da Silva, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, incisos II e III da Lei Orgânica do TCE/AM nº 2.423/1996 c/c o artigo 308, VI da Resolução TCE/AM nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias (artigo 174 do RITCE) para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.5. Considerar em Alcance o Senhor Wilton Pereira dos Santos, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017, no valor de R\$ 2.738.197,87 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório Conclusivo nº. 42/2020 – DICAMI, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.**
- 10.6. Considerar em Alcance o Senhor Wilton Pereira dos Santos, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017, no valor de R\$ 1.166.236,29 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, c/c o artigo 25 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório Conclusivo nº. 154/2019 – DICOP, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do**





**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

- 10.7. Considerar em Alcance** o Senhor **Antonio Tiburtino da Silva**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, no valor de **R\$ 1.216.167,68 (um milhão, duzentos e dezesseis mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório Conclusivo nº. 42/2020 – DICAMI, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.8. Considerar em Alcance** o Senhor **Antonio Tiburtino da Silva**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, no valor de **R\$ 1.345.562,84 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)**, com fulcro no artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, c/c o artigo 25 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório Conclusivo nº. 154/2019 – DICOP, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.9. Determinar** ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente junto ao Ministério Público Estadual os ilícitos cometidos pelos senhores **Wilton Pereira dos Santos**, Prefeito do



**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 14.07.2017 e **Antônio Tiburtino da Silva**, Prefeito do Município de Novo Airão e Ordenador de Despesas, no período de 15.07.2017 a 17.12.2017, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do artigo 129, da CR/1988, c/c os artigos 114, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-RITCE.

- 10.10 Determinar** que seja feita a comunicação da decisão ao **Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Amazonas**, em razão do artigo 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18/5/1990.
- 10.11 Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público Estadual** para apuração e tomada de providências que entender cabíveis no âmbito de sua competência, relativamente às irregularidades apontadas na presente Prestação de Contas que constituem **indícios** de improbidade administrativa, na forma do art. 22, § 3º, da Lei nº 2.423/1996.
- 10.12 Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a reincidência do cometimento das impropriedades relatadas na Fundamentação do Voto, em futuras prestações de contas.
- 10.13 Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 8

**ACÓRDÃO Nº 11/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 11/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral